

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS
FINANCEIROS**

LOURI SCHWARZER GAY

**SUSTENTABILIDADE NO BANCO TOTAL:
UMA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA SUA
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Porto Alegre

2011

Louri Schwarzer Gay

**SUSTENTABILIDADE NO BANCO TOTAL:
UMA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA SUA
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

**Orientador: Prof. Luis Felipe Nascimento
Tutora orientadora: Paola Schmitt Figueiró**

Porto Alegre

2011

Louri Schwarzer Gay

**SUSTENTABILIDADE NO BANCO TOTAL:
UMA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA SUA
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Aprovado em 18 de novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Professor: Paulo Renato Soares Terra

Professor: André Luis Martinewski

À meu esposo, Elocir,
pelo amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

À Deus, referência fundamental.

À minha família, pelo amor e apoio incondicional.

Aos colegas de especialização, companheiros nessa jornada.

Aos professores da UFRGS,

À tutora, Professora Paola Schmitt Figueiró,

por sua determinação, conhecimento, estímulo e apoio constante.

Ao Banco em referência, pela oportunidade criada.

Aos meus queridos amigos, pela paciência em me ouvir falar sobre este assunto.

A todos que, de algum modo, contribuíram para este trabalho.

RESUMO

A Responsabilidade Socioambiental e o Desenvolvimento Sustentável passaram, recentemente, a fazer parte das estratégias operacionais da empresa Banco Total S.A. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo realizar um diagnóstico da evolução da Responsabilidade Socioambiental na referida instituição bancária. Para demonstrar esta evolução é traçado um histórico sobre os conceitos e discussões mais recentes relacionadas à Sustentabilidade e à Responsabilidade Socioambiental, identificando e caracterizando a forma de adoção destas ações desenvolvidas pela empresa bem como a verificação do grau de importância que as ações de Responsabilidade Socioambiental representam para o Desenvolvimento Sustentável e para os negócios do Banco Total. Os conceitos que envolvem a Responsabilidade Socioambiental foram estudados e revisados para o entendimento da sua origem e o seu desenvolvimento através da história. O tipo de pesquisa realizada foi a bibliográfica, e a coleta de dados envolveu dados secundários, por meio de consultas a revistas, livros, jornais, periódicos, sítios eletrônicos, e publicações científicas. O presente trabalho, estritamente qualitativo, demonstra que as ações sócio-ambientais praticadas pelo Banco Total estão em constante evolução e contribuem para o desenvolvimento sustentável trazendo vantagens competitivas para os negócios da empresa.

Palavras - chave: Responsabilidade Socioambiental. Desenvolvimento Sustentável. Instituição Financeira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Pirâmide da Responsabilidade Social Empresarial.....	19
Figura 2 - Composição do Mercado de Crédito de Carbono.....	27
Quadro 1 - Agenda 21 – Objetivos dos Três Eixos.....	30
Quadro 2 - Linhas de Financiamento e de Fundos de Investimento.....	32
Quadro 3 - Relações com o Público Interno.....	34
Quadro 4 - Relações com o Público Externo.....	35
Quadro 5 - Atividades Nas Comunidades Assistidas.....	36
Quadro 6 - Relações com as Comunidades.....	37
Quadro 7 - Acontecimentos Marcantes.....	39
Quadro 8 - Estratégia Negocial DRS.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CDP	Carbon Disclosure Project – Projeto Divulgação Carbono
CO2	Dióxido de Carbono
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GHG Protocol	Protocolo efeito estufa
ISE25	Índice de Sustentabilidade Empresarial 25%
ODM	Objetivos do Milênio
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAVAS	Programa de Assistência a Vítimas de Assalto e Sequestro
PROCEN	Programa de Racionalização do Consumo de Energia Elétrica
PRONARI	Programa Nacional de Racionalização de Impressão
PURAGUA	Programa de Redução do Consumo de Água
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RSA	Responsabilidade Social Ambiental
RSC	Responsabilidade Social Corporativa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 HISTÓRICO EVOLUTIVO DE RSA	13
1.1 MEIO AMBIENTE E ECOLOGIA.....	13
1.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	16
1.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	17
1.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NO BRASIL.....	20
1.5 ORGANIZAÇÃO AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL.....	21
1.6 RSA NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	22
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
2.1 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	25
2.2 DADOS DA PESQUISA E PLANO DE COLETA.....	25
2.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	26
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
3.1 HISTÓRICO EVOLUTIVO DA RSA NO BANCO TOTAL	27
3.2 FORMA E CARACTERÍSTICAS DAS AÇÕES DE RSA NO BANCO TOTAL.....	32
3.2.1 Negócios com Foco no DRS.....	32
3.2.2 Prática Administrativa e Negocial com RSA.....	33
3.2.3 Investimento Social Privado.....	35
3.3 CONTRIBUIÇÕES DAS AÇÕES DE RSA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	39
3.3.1 A Importância e as Contribuições das Ações de RSA para o Banco Total	39
3.3.2 Estratégia Negocial Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

A partir da última década do século passado, a crescente internacionalização do trabalho, da produção, do mercado e da cultura, transformaram o cenário mundial em múltiplo e complexo. As transformações decorrentes da expansão mundial das grandes corporações internacionais, com o processo de globalização, ampliaram o fluxo do comércio internacional e principalmente das atividades financeiras da economia mundial. As empresas, fortalecidas, criaram interdependências e influenciaram os órgãos públicos, que vulnerabilizaram externamente os países e fizeram com que os Estados perdessem o controle sobre a geração das riquezas e passassem a se preocupar com a garantia da estabilidade econômica interna, e das políticas públicas de caráter social.

A sociedade, em razão das transformações ocorridas ao longo dos tempos, transformou também seu pensamento e passou a cobrar das empresas um comportamento que vá além da fabricação de produtos ou prestação de serviços, com foco somente na geração dos lucros. Espera-se que as empresas assumam a responsabilidade de problemas sociais básicos e que tenham participação ativa no crescimento e bem estar social das comunidades onde estão inseridas.

Neste cenário, a adoção de novas culturas e o entendimento, por parte dos empresários, de que a geração do lucro está interligada às suas ações e que a continuidade dos seus negócios está vinculada à aceitação da comunidade, faz com que haja um aumento considerável do número de organizações engajadas e preocupadas em manter um comportamento socialmente responsável, favorecendo o meio ambiente e as comunidades onde estão localizadas.

Apesar do tema responsabilidade socioambiental nas organizações ser relativamente recente e de suas atribuições não constituírem um ponto pacífico, existe um conteúdo comum aos defensores dessa causa. Nesse sentido, responsabilidade social refere-se à ética, transparência, sustentabilidade, diversidade e compreende os públicos que se relacionam com os negócios da organização.

O Instituto Ethos (2000) salienta que a questão da responsabilidade social empresarial refere-se à postura legal da empresa, ao apoio dado a comunidades e à prática filantrópica por ela exercida, com perspectivas de gestão empresarial focada na qualidade dessas relações e na geração de valor para todos.

Já a responsabilidade ambiental leva em conta o crescimento econômico ajustado à proteção do meio ambiente na atualidade e para as gerações futuras, garantindo a sustentabilidade, e, segundo Corazza (2003), envolve planejamento, organização, e orienta a empresa a alcançar metas ambientais específicas.

No Brasil, percebe-se a crescente interação das empresas e organizações da iniciativa privada com as comunidades e com o terceiro setor, assumindo posturas que até então eram de responsabilidade do governo, com ações sociais que beneficiam seus *stakeholders* e a comunidade da qual fazem parte. Dentre elas, destacam-se as empresas do setor financeiro. Nesse contexto, a pesquisa proposta pretende responder ao seguinte questionamento: **Como vem sendo desenvolvida a Responsabilidade Socioambiental na abrangência da atuação do Banco Total?**

A intenção presente neste trabalho é realizar um diagnóstico sobre o desenvolvimento da Responsabilidade Socioambiental no Banco Total.

Para alcançar o objetivo estabelecido é preciso percorrer algumas etapas que dizem respeito ao esclarecimento do conceito de responsabilidade socioambiental, à sua relevância e à sua operacionalização. Deste modo, são objetivos específicos:

- Traçar um histórico sobre os conceitos e discussões mais recentes relacionadas à Sustentabilidade e à Responsabilidade Socioambiental, demonstrando sua evolução;
- Identificar e caracterizar as ações de responsabilidade socioambiental desenvolvidas pelo Banco Total, bem como a forma como são adotadas pela empresa e;
- Verificar a importância e as contribuições das ações de responsabilidade socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável e para os negócios do Banco Total.

Primeiramente, cabe salientar que o debate sobre a responsabilidade socioambiental do Banco Total está inserido na ampla discussão sobre o tema em todo o mundo – com maior ênfase na iniciativa privada, porém de modo crescente no setor público – e, em particular, no contexto empresarial brasileiro. No âmbito do Banco Total, as diretrizes de modernização das técnicas de gestão e de traduzir em efeitos os valores organizacionais ética, excelência e transparência exige o aperfeiçoamento permanente de sua governança corporativa.

A presente pesquisa é caracterizada por uma abordagem qualitativa, sendo que, para contemplar os objetivos propostos fez-se uso do estudo de caso como método. Neste contexto, o entendimento e o estudo das práticas relativas à sustentabilidade no contexto corporativo do Banco Total servirá de parâmetro para conclusões referentes à importância dada ao assunto bem como ao impacto das ações resultantes.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no capítulo um apresenta-se a revisão bibliográfica com a base teórica necessária para o melhor entendimento do tema, no capítulo dois são apresentados os procedimentos metodológicos. No capítulo três é apresentada uma análise dos resultados obtidos e por último, no capítulo quatro as avaliações e conclusões do trabalho.

1 HISTÓRICO EVOLUTIVO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

1.1 MEIO AMBIENTE E ECOLOGIA

Segundo Odum (1988) a evolução da história da humanidade mostra que os indivíduos, para sobreviverem, precisavam conhecer a natureza e suas forças, os animais e plantas. Mais tarde, com a descoberta do fogo e de outros instrumentos, o homem passou a intervir no seu ambiente e esse processo de intervenção, com o crescente avanço da tecnologia, foi degradando a natureza e trazendo o aparente esquecimento de que o homem faz parte da natureza e que depende dela para sobreviver. Percebe-se que os feitos humanos, que trazem benefícios primários aos indivíduos são mais valorizados, em detrimento aos produtos e serviços da natureza. Há, segundo o mesmo autor, o pensamento de que os recursos que a natureza disponibiliza são inesgotáveis ou que podem ser substituídos por inovações tecnológicas, como por exemplo, os combustíveis. Todavia, o homem e demais seres vivos sobrevivem da natureza, pois é dela que retiram os minérios, metais e energia e principalmente o ar e a água. Portanto, a vida humana no planeta clama urgentemente por uma postura mais justa diante do conceito de desenvolvimento econômico.

A percepção do meio ambiente como algo que começa dentro de cada ser humano, que faz parte do contexto da vida do homem dá uma dimensão ao compromisso de cidadania universal expandindo e integrando a consciência ambiental com o desenvolvimento econômico, que não pode mais se esgotar. A determinação de um novo modelo sócio econômico surge dessa co-responsabilidade humana com o meio ambiente, definida por Capra (2005, p.20) como o “estudo das relações que interligam todos os moradores da Casa Terra”. Segundo o autor, não se separa nada do meio ambiente, o mundo é visto como uma complexa rede de fenômenos, intrinsecamente interligados e interdependentes, numa abordagem sistêmica, logo reconhece o valor de todos os seres vivos e encara o homem como um dos filamentos da teia da vida, como fonte de todo valor que está acima ou fora da natureza e atribui a ela apenas um valor instrumental e utilitário.

Há que se levar em consideração que isto vai requerer um imenso esforço para a busca de alternativas eficazes que venham a dirimir os impactos oriundos da intervenção resultante basicamente da ação do homem na natureza, mas é importante considerar que a relevância do

mesmo, perpassa pela complexidade das relações empreendidas e que a questão ecológica atual exprime. Não tem como se eximir do mesmo, o tema é de abrangência universal e o compromisso da humanidade perpassa na mesma proporção (CAPRA, 2005).

Segundo este mesmo autor, a teoria dos sistemas vivos é a melhor base científica para o estudo da ecologia. Essa teoria tem raízes em vários campos da ciência e envolve uma nova maneira de ver o mundo e uma nova forma de pensar, conhecida como pensamento sistêmico, que significa pensar em termos de relações, padrões e contextos, um novo conjunto de conceitos utilizados para descrever a complexidade dos sistemas vivos.

A aplicação desse novo pensamento no estudo da interligação das múltiplas relações dos membros da Casa Terra reflete alguns princípios básicos, que o autor denomina “princípios da ecologia”, dentre os quais um se destaca pelos ensinamentos que nele estão implícitos e necessários nos dias atuais: “a vida, desde o seu início há mais de três bilhões de anos, não conquistou o planeta pela força e, sim, através de cooperação, parcerias e trabalho em rede” (CAPRA 2005, p.25).

O crescente interesse pela ecologia refere-se ao dilema da época histórica que vive a humanidade. Fatos como o uso da energia atômica - para fins pacíficos ou não - o esgotamento dos combustíveis fósseis, a exaustão crescente dos recursos naturais, o aumento das emanações gasosas e dos efluentes industriais, o problema da sobrevivência passou a ser uma questão real cada vez mais presente nas discussões sobre o futuro da humanidade. A crise instalada é única, diferente de todas as crises já vividas no passado, que eram pontuais, e as questões que se apresentam são decisivas e determinantes para o futuro da humanidade (LAGO e PÁDUA, 1989)

Diante deste quadro instalado, o “pensamento ecológico” e a “consciência ambiental”, segundo Trigueiro (2005, p.13), passaram a fazer parte de todas as áreas do conhecimento, e o crescimento é proporcional quando há a percepção do meio ambiente como algo que começa dentro de cada um, alcançando tudo o que cerca e as relações que são estabelecidas com o universo.

O movimento da “consciência ambiental” surgiu em meados de 1960 e alastrou-se pelo mundo mobilizando cientistas, políticos, governos e a sociedade de modo geral, num processo de participação conjunta para diagnosticar e pactuar formas de solucionar os problemas ambientais resultantes do desenvolvimento e do crescimento da humanidade. Em 1972, em Estocolmo, foi realizada a “Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente Humano”, onde, segundo Novaes (2005) concluiu-se que era preciso redefinir o próprio conceito de desenvolvimento, em face da dimensão e complexidade das questões envolvidas.

Foi designada uma comissão para resolver a tarefa, que culminou no relatório denominado “Nosso futuro comum”. O documento já apontava para os grandes problemas que a humanidade enfrentaria hoje, como: reconhecer e aceitar que os recursos do planeta são esgotáveis e que o mesmo é finito; que o meio ambiente torna-se essencial para a vida, o bem estar e o gozo dos direitos humanos; que proteger e melhorar o meio ambiente humano constitui desejo permanente de todos os povos do globo terrestre, portanto, dever de todos os Governos, por constituir aspectos mais relevantes que afetam o bem-estar dos povos e o desenvolvimento do mundo inteiro (NOVAES, 2005).

Em junho de 1992, após sucessivas discussões e conferências, a ONU, baseada nesse documento, conhecido como Relatório Brundtland, organizou a 2ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, a Rio-92 ou Eco-92, que reuniu 179 chefes de estado e de governo. Foram aprovados três importantes documentos, que são produtos dessa conferência: a Agenda 21, a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CERQUEIRA, 2008).

A Agenda 21 é um documento que estabelece a importância de cada país e levou os países signatários a refletirem e se comprometerem global e localmente, na forma pela qual governos, empresas e demais segmentos da sociedade poderiam ajudar no estudo e na solução dos problemas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Além disso, tenta criar mecanismos financeiros - a partir da ajuda dos países mais industrializados - para viabilizar os caminhos sugeridos (NOVAES, 2005).

A viabilidade desse documento dependia do apoio das comunidades locais e por isso recomendava que se iniciasse a montagem das Agendas 21 locais. No Brasil, alguns estados e municípios montaram suas Agendas 21, logo após a conferência, e em fevereiro de 1997 foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira nacional e terminou em 2002. Nela foi determinado que as premissas básicas da Agenda Nacional deveriam ser, segundo Kranz (1995):

- Envolver os diferentes atores da sociedade no estabelecimento de parcerias.
- Incorporar o princípio federativo (a seleção dos atores sociais e a abordagem de cada tema deverão levar em conta as características relevantes, regionais e locais, com vistas a uma redefinição das relações federativas, baseadas no princípio da subsidiaridade);
- Possuir um caráter gerencial e mobilizador de meios (todos os atores envolvidos na implementação do desenvolvimento sustentável);

- Adotar, com visão prospectiva, abordagem integrada e sistêmica das dimensões social, econômica, ambiental e político-institucional do desenvolvimento sustentável (KRANZ, 1995).

A Convenção sobre Mudanças Climáticas, por sua vez reconheceu a importância que o efeito estufa tem no clima e fez recomendações genéricas no sentido de reduzir a emissão dos gases que causam esse efeito. Muitos países adotaram recomendações do Protocolo de Kyoto que determina a redução da emissão dos gases globalmente, em 5,2% até 2012, comparativamente às emissões de 1990.

O avanço percebido nas últimas décadas, sobre as questões ambientais é a nível mundial e nacional, mas há muitos desafios ainda, como por exemplo: o respeito dos limites da Terra e de sua atmosfera no que se refere às poluições do solo, do ar, da água e dos oceanos; o buraco da camada de ozônio; os males ocasionados pelo efeito estufa; o crescente desmatamento; a extinção da biodiversidade; e perda de solo e água. A tarefa de vencer esses desafios depende de todos, ou seja, dos governos, de instituições políticas, econômicas e sociais, de valores culturais, das empresas e de cada cidadão.

1.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987 e foi referendado pela ONU com a publicação do Relatório Brundtland, que o define como:

“O desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CAPRA, 2005, p.19)

Os principais temas da Rio-92 – desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social foram amplamente discutidos pelo mundo mostrando a urgente necessidade de encontrar formas de desenvolvimento econômico que se sustentem, reduzir o uso dos recursos naturais e dos danos ao meio ambiente. Pesadas críticas surgiram considerando a pobreza dos países do Terceiro Mundo como a principal causa da situação de insustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável, para Castro (1996), surge como um novo paradigma de redefinição do conceito de desenvolvimento, abalado pela crise ambiental e social, amadurecida no final dos anos 80, por isso, a maioria das teorias que procuraram desvendar os

mistérios sociais e econômicos das últimas décadas não obteve sucesso. O modelo de industrialização tardia, ou modernização, que foi o centro de diversas teorias nos anos 60 e 70, é capaz de modernizar alguns setores da economia, mas incapaz de oferecer um desenvolvimento equilibrado para uma sociedade inteira. Segundo Castro (1996), da teoria de desenvolvimento sustentável surge a necessidade de uma perspectiva multidimensional, que envolva economia, ecologia e política ao mesmo tempo.

De acordo com Derani (2001), o desenvolvimento sustentável preconiza um desenvolvimento harmônico da economia e da ecologia, onde a defesa do meio ambiente, na ordem econômica, estabelece um controle do Estado sobre as atividades econômicas que excederem os limites considerados razoáveis de exploração ambiental.

1.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A responsabilidade socioambiental empresarial não teve início a partir de uma data, de fatos, personalidades ou local definido, comum à maioria dos fatos históricos. Ela decorre da mudança de postura das organizações diante das questões sociais que vêm evoluindo ao longo do tempo (TENÓRIO, 2004).

Ainda, segundo Tenório (2004), a abordagem da atuação social empresarial surgiu no início do século XX, com o filantropismo. Em seguida, com o esgotamento do modelo industrial e o desenvolvimento da sociedade pós-industrial, o conceito evoluiu, passando a incorporar os anseios dos agentes sociais no plano de negócios das corporações. Assim, além do filantropismo, desenvolveram-se conceitos como voluntariado empresarial, cidadania corporativa, responsabilidade social corporativa e, por último, desenvolvimento sustentável.

Entre o período do início do século XX até a década de 50, segundo o autor, a sociedade passou do modelo de economia agrícola para a industrial. A evolução tecnológica e o predomínio da utilização da razão humana na análise, interpretação e soluções de problemas, na organização do trabalho, deram início a tarefas especializadas. Os trabalhadores especializados se organizaram em classes e, aos poucos, foram reivindicando seus direitos gerando conflitos e debates sobre as obrigações das empresas em relação aos seus empregados, e as autoridades políticas se viram na obrigação de formular leis de proteção aos direitos do trabalhador (TENÓRIO, 2004).

Desta forma, as empresas agiram compulsoriamente, apenas para cumprir as leis. As empresas objetivavam o máximo de lucros e pensavam que este seria auferido apenas definindo objetivos voltados para a economia interna da organização. Não eram considerados os fatores externos, a satisfação dos trabalhadores e dos clientes. Os empresários entendiam que a organização era isenta aos fatores externos da sua realidade interna e que a prática de ações sociais não era de sua responsabilidade.

Mas, com a expansão da industrialização e crescimento da produção, com novos empregos, os problemas ambientais e as dificuldades nas relações trabalhistas também aumentaram. Esses fatos fizeram a sociedade se mobilizar e pressionar organizações e governos para solucionar os problemas decorrentes da industrialização. Surgindo assim a incorporação do cumprimento de obrigações legais sobre questões trabalhistas e ambientais nas atividades empresariais, que até então somente criava empregos, pagava impostos e gerava lucros, como forma de responsabilidade social. Conforme Tenório (2004, p.16):

“(...) no início do século XX, a responsabilidade social limitava-se apenas ao ato filantrópico, que inicialmente assumia caráter pessoal, representado pelas doações efetuadas por empresários ou pela criação de fundações, como a Ford, Rockefeller e Guggenheim. Posteriormente, com as pressões da sociedade, a ação filantrópica passou a ser promovida pela própria empresa, simbolizando o início da incorporação da temática social na gestão empresarial.”

O autor afirma ainda, que até a década de 50, mesmo com alguns avanços, a responsabilidade social empresarial assume dimensão estritamente econômica e que se resume à capacidade da empresa de gerar lucros, criar empregos, pagar impostos e cumprir as obrigações legais.

A sociedade desenvolveu-se e surgiu o movimento pós-industrial evoluindo também o conceito que passou a agregar os anseios dos agentes sociais no plano de negócios das empresas, surgindo os conceitos de voluntariado empresarial, cidadania corporativa, responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável.

Para Tenório (2004), houve o entendimento de que as empresas estão inseridas em ambiente complexo, onde suas atividades influenciam e impactam sobre diversos agentes sociais, comunidade e sociedade, surgindo uma nova visão do conceito de Responsabilidade Social Empresarial.

Carroll (1979) apresentou um modelo conceitual para os gestores das empresas que deve incluir uma variedade de responsabilidades dos negócios para a sociedade, e esclarecer os componentes de RSA que estão além de gerar lucros e obedecer a lei.

“(…) a responsabilidade social dos negócios engloba as expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem da organização num dado ponto de tempo (BORGGER, 2001) ”.

Carrol (1991) desenvolveu a Pirâmide de responsabilidade social corporativa que integra a maioria dos argumentos de debate de RSA em um único modelo, estruturado em quatro dimensões surgidas das expectativas da sociedade e definindo a responsabilidade social como responsabilidade econômica, legal, ética e filantrópica, como funções, conforme mostra a figura 1:



Figura 1: Pirâmide da Responsabilidade Social Empresarial

Fonte: Carrol *apud* Borger (2001, p. 43)

I - Responsabilidade Econômica

A responsabilidade econômica é a principal função da empresa onde os bens e serviços são produzidos e vendidos com a finalidade de gerar lucros.

II - Responsabilidade Legal

A responsabilidade legal determina que as metas empresariais devam estar de acordo com as exigências legais, sendo que a sustentabilidade dos negócios de uma empresa depende do cumprimento da legislação vigente. Há que se considerar que a regulamentação das leis é o resultado de políticas públicas que formam o ambiente legal e institucional no qual as empresas operam, pois muitas empresas, com características particulares necessitam de regulamentações específicas.

III - Responsabilidade Ética

A responsabilidade ética tem como valor maior a solidariedade, a interdependência humana, o crescimento do outro com base na legitimidade e transparência da empresa. As ações e conseqüências da empresa são consideradas pelas lideranças onde os deveres e normas da ética sejam cumpridos e toda a sociedade beneficiada.

IV – Responsabilidade Filantrópica

A responsabilidade filantrópica tem características voluntárias assumidas pela real vontade das empresas, sem clara expectativa da sociedade e sem a obrigatoriedade da economia ou governos locais. As atividades realizadas pelos gestores de empresas são escolhas individuais e são eles que decidem onde vão investir o dinheiro, o tempo e o talento que podem ser: ajuda financeira a projetos sociais da comunidade, doações a obras beneficentes, apoio a entidades filantrópicas, treinamentos e programas internos contra drogas e alcoolismo e projetos de geração de renda, etc.

O desenvolvimento sustentável passou a integrar a Responsabilidade Social Empresarial na década de 90 e, segundo Tenório (2004), este novo conceito tem por objetivo a obtenção do crescimento econômico com a melhoria da qualidade de vida da sociedade, por meio da preservação do meio ambiente e pelo respeito aos anseios dos diversos agentes sociais. O respeito e admiração de empregados, consumidores, fornecedores e sociedade, é dessa forma conquistado pelas empresas garantindo a sustentabilidade e a continuidade dos negócios no longo prazo. O tema continua em evolução, é dinâmico e em voga atualmente, conforme já descrito.

1.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NO BRASIL

No Brasil, a Responsabilidade Social Empresarial vem crescendo e ganhando destaque na mídia, com prêmios exaltando as práticas sociais realizadas. As ações filantrópicas, de pontuais tornaram-se mais freqüentes e a marca da empresa vem sendo privilegiada em detrimento às reais necessidades da comunidade. As Fundações e Institutos são criadas com o nome e marca da empresa favorecendo a sua estratégia de Marketing, que, conforme Melo Neto e Fróes (2001, p.38)

“Melhora a imagem institucional da empresa, o que se traduz na melhoria de sua reputação. Portanto, quando as empresas decidem por um projeto próprio, muitas preferem não apoiar causas como hanseníase, prostituição infantil, abuso sexual, velhice, cegueira, porque são considerados mercadologicamente incorretos.”

Segundo os autores, a marca da empresa é que recebe o maior impacto com a revelação dos projetos desenvolvidos. As realizações comumente encontradas nos projetos direcionam-se a ecologia, a ações em benefício das crianças e geração de renda. Contudo, ser uma empresa socialmente responsável tem um significado maior, além de simples ações sociais, como o cuidado com o desenvolvimento de um planejamento socioambiental levando em consideração as partes e suas inter-relações, atendendo e favorecendo todos os envolvidos.

Melo Neto e Fróes (2001, p.38) consideram que a compreensão de que os problemas emergentes são de difícil resolução e demandam medidas que vão além das tecnológicas e administrativas tornando-se necessária para a mudança do paradigma existente que perpetua a falência acelerada e gradativa do meio ambiente, empobrece a sociedade, as pessoas, a cultura e favorece a desigualdade social. Os erros e excessos do passado, bem como suas conseqüências devem ser reconhecidos pelas organizações para que uma nova postura seja assumida na próxima fase de evolução, que está se instalando no mundo, e que tenha um mínimo de ruptura social e sofrimento humano (MELO NETO e FRÓES, 2001).

O tema é dinâmico e complexo e essa mudança de paradigmas requer um papel de destaque para a sociedade civil, que conhece suas reais necessidades, com possíveis soluções dos problemas sociais.

1.5 ORGANIZAÇÃO AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL

O futuro do planeta tem sido a grande preocupação da humanidade, onde a escassez dos recursos naturais desafia a sociedade e as empresas na alocação adequada desses recursos de modo a prover o bem estar para as gerações atuais e futuras. Segundo Araujo (2005) os governos têm se esforçado propondo restrições e taxações em licenças ambientais, ampliando a lista de poluentes controláveis e seus respectivos padrões de lançamento, aumentando os órgãos ambientais, exigindo estudos de impactos ambientais prévios, monitoramentos e tudo o mais que possibilite, segundo seu entendimento, minimizar custos externos impostos às populações.

Atualmente, o agravamento das degradações ambientais é maximizado com o processo de globalização financeira e de produção e associado aos processos econômicos, com a internacionalização dos mercados. A proposta do desenvolvimento sustentável é apresentada como forma de reverter esse quadro e também como estratégia de redirecionamento dos comportamentos dos Estados, das empresas e dos indivíduos. Por volta dos anos 80, as empresas iniciaram os programas de prevenção em relação ao meio ambiente e a partir dos anos 90, instalou-se a fase histórica da gestão ambiental com características próprias, elencadas por Corazza (2003, p.4):

- a) a introdução progressiva de uma perspectiva de sustentabilidade;
- b) a proliferação dos engajamentos coletivos - como os códigos de conduta, os convênios e os acordos voluntários;
- c) a maior interação entre as esferas públicas e privadas - com a participação dessas organizações na formulação de objetivos e na escolha de instrumentos de política ambiental;
- d) o maior envolvimento da sociedade civil organizada - como, por exemplo, por meio das Organizações Não-Governamentais.

Portanto, para uma empresa ser ambientalmente responsável precisa adotar a gestão ambiental, conforme define Corazza (2003):

“Gestão ambiental envolve planejamento, organização, e orienta a empresa a alcançar metas (ambientais) específicas, em uma analogia, por exemplo, com o que ocorre com a gestão da qualidade. Um aspecto relevante da gestão ambiental é que sua introdução requer decisões nos níveis mais elevados da administração e, portanto, envia uma clara mensagem à organização de que se trata de um compromisso corporativo. A gestão ambiental pode se tornar também um importante instrumento para as organizações em suas relações com consumidores, o público em geral, companhias de seguro, agências governamentais, etc.”

O tema gestão ambiental é recente e muito divulgado, trazendo um alerta para a urgência da conscientização e mudança das relações das necessidades do planeta e de sua sobrevivência nesta difícil tarefa de procurar meios de equilibrar e fortalecer a economia com práticas ambientalmente corretas. Contudo, ainda é muito cedo para concluir, que a gestão ambiental, como nos modelos descritos, desenvolverá um modelo eficaz para a problemática causada pela ação do homem ao meio ambiente, a partir de cargos criados e novas práticas estabelecidas.

1.6 RSA NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Inicialmente, conforme a Agenda 21 do Banco Total, a preocupação das instituições financeiras com as questões ambientais ocorreu como forma de evitar a responsabilização legal por danos ambientais produzidos por bens que eram recebidos como garantia de empréstimos. As perdas associadas a questões socioambientais e pressões da sociedade civil estimulam a introdução da sustentabilidade no setor financeiro e os riscos ambientais analisados de forma determinante aos negócios para evitar perdas financeiras e riscos na imagem da empresa.

Em 2003, conforme o Instituto Atkwhh (2008), dez dos maiores bancos no financiamento internacional de projetos (ABN Amro, Barclays, Citigroup, Crédit Lyonnais, Crédit Suisse, HypoVereinsbank (HVB), Rabobank, Royal Bank of Scotland, WestLB e Westpac), responsáveis por mais de 30% do total de investimentos em todo o mundo, lançaram as regras dos Princípios do Equador na sua política de concessão de crédito. Estas regras formam um conjunto de compromissos voluntários que preconizam uma minuciosa análise socioambiental, para operações de grandes projetos financiados.

Atualmente, segundo o centro de estudos em Sustentabilidade (2003), o tema sobre finanças sustentáveis vai além dos Princípios do Equador ou mercado de investimentos socialmente responsáveis. Há uma busca pela atuação do sistema financeiro de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.

A incorporação da responsabilidade socioambiental pelo setor financeiro brasileiro, conforme a Universidade Corporativa Banco Total (2008), está na conscientização que a atuação do setor impacta diretamente nos relacionamentos com os diversos públicos, na pegada ecológica e na criação de códigos de conduta, impactando também indiretamente na administração de impactos potenciais de seus clientes e oportunidade de inovação.

O setor financeiro sofreu, segundo a Universidade Corporativa Banco Total, (2008), outras influências que aceleraram a incorporação da temática socioambiental ao seu contexto, como por exemplo:

- a necessidade de redução de riscos (de imagem, de crédito e garantias);
- a constatação da sociedade civil de que o setor financeiro tem um papel importante no movimento de responsabilidade socioambiental.
- a publicação crescente de Relatórios Sociais, aumentando a demanda por transparência.
- A expansão de campanhas de ONGs internacionais, antes focalizadas apenas em instituições multilaterais – durante décadas os maiores financiadores de

infra-estrutura, projetos com maior impacto socioambiental potencial - para bancos privados, que aumentam sua participação em grandes projetos.

- Identificação de oportunidades de negócios como a acesso a recursos de bancos e de agências multilaterais (FMI, BIRD, BID, etc.) – a gestão de riscos socioambientais é hoje um condicionante para acesso a recursos internacionais;
- a necessidade de diferenciação – bancos podem se diferenciar ao demonstrarem conhecimento e capacidade de desenvolvimento de produtos associados a necessidades de adequação socioambiental por parte de seus clientes.

Desta forma, o banco passa a ser um consultor para o cliente, difundindo melhores práticas e desenhando produtos específicos para adequação socioambiental, como reuso de água, eficiência energética e inclusão de comunidades, por meio de financiamentos a fornecedores de menor porte garantidos por grandes empresas. O desenvolvimento de novos produtos, a avaliação socioambiental pode auxiliar a detectar oportunidades de negócios como a ampliação do acesso a serviços bancários para populações de baixa renda e o acesso a novos mercados com projetos estruturados com vistas à redução de impacto ambiental, como o desenvolvimento de tecnologias limpas de mercado de carbono, energia renovável.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são detalhados os procedimentos metodológicos que nortearam a realização do presente trabalho.

2.1 MÉTODO DE PESQUISA

A presente pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa com o uso da interpretação e atribuição de significados no processo de pesquisa, não requerendo o uso de métodos e técnicas estatísticas. Quanto aos meios, trata-se de pesquisa exploratório-bibliográfica, cujo método empregado foi o estudo de caso. Segundo Campomar (2005), nos métodos de pesquisas qualitativas o estudo de caso é um tipo de pesquisa no qual o pesquisador explora uma simples entidade ou fenômeno (o caso) delimitado pelo tempo e atividade (programa, evento, processo, instituição), utilizando-se de grandes variedades de técnicas de coleta de dados durante um período de tempo determinado.

Os estudos preliminares sobre meio ambiente e ecologia, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social empresarial, responsabilidade social empresarial no Brasil, organização ambientalmente responsável, e RSA nas instituições financeiras, realizados no histórico evolutivo de responsabilidade socioambiental, procuram orientar, academicamente, o trabalho e servem para consolidar a pesquisa como estudo de caso.

2.2 DADOS DA PESQUISA E PLANO DE COLETA

A fim de responder ao questionamento proposto, foram utilizados dados secundários que envolvem a pesquisa bibliográfica, com acesso a obras literárias em geral, como: livros, artigos, periódicos, publicações científicas, bem como sítios eletrônicos de banco de dados oficiais

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

Diante da natureza do problema pesquisado e dos objetivos propostos, os dados foram compilados e ordenados para fins de interpretação lógica da evolução da Responsabilidade Socioambiental no sistema financeiro. Portanto, foi realizada uma análise do conteúdo, a partir da questão e dos objetivos propostos, com base na literatura pesquisada.

Assim sendo, com suporte da literatura pertinente a Responsabilidade Socioambiental, numa visão minuciosa e detalhada, no sistema financeiro e sua evolução, bem como os impactos no crescimento social e econômico no que se refere à alocação dos resultados foi realizada a investigação proposta na pesquisa.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 HISTÓRICO EVOLUTIVO DA RSA NO BANCO TOTAL

O tema responsabilidade socioambiental passou a permear as discussões institucionais de forma mais sistemática em decorrência das constantes mudanças no cenário mundial e o fato das necessidades das empresas estarem alinhadas aos preceitos do tripé da sustentabilidade - ambiental, financeiro e social, como pode ser visualizado na Figura 2.

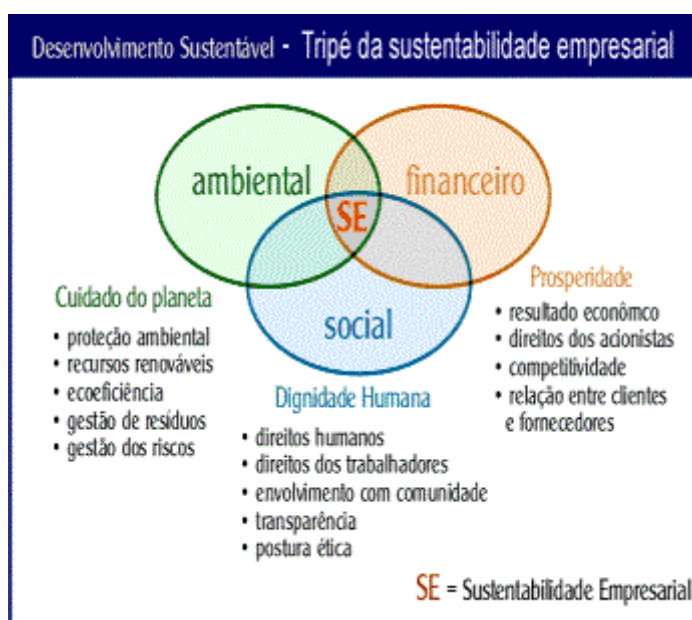


Figura 2 – Tripé do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: www.copesul.com.br

O Banco Total, em 1995, lançou sua primeira ação, que foi pioneira e relevante: o Protocolo Verde. Em decorrência da assinatura desse documento, o Banco estabeleceu algumas medidas, como por exemplo:

- Veto a realização de operações destinadas a financiar atividades que possam causar impacto ambiental.

- Torna obrigatória a apresentação de documentação do órgão ambiental competente para financiamento de:

- desmatamento, destoca ou custeio agropecuário, objetivando a incorporação de novas áreas no processo produtivo;

- comercialização de produtos extrativos de origem vegetal e pescado in natura;
- operações de investimento em atividades que utilizam recursos ambientais ou empreendimentos capazes de causar degradação ambiental;
- operações de investimentos em atividades que requerem Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA);
- operações de investimento em atividades que utilizam recursos hídricos, inclusive, agricultura irrigada (outorga de água).

Em 2008, a partir de discussões sobre os impactos do desmatamento na Amazônia envolvendo órgãos governamentais e bancos públicos federais, foi feita uma avaliação e revisão do Protocolo Verde que resultou em uma nova redação, defendendo que os bancos podem cumprir um papel indutor fundamental na busca de um desenvolvimento sustentável, pressupondo a responsabilidade com a preservação ambiental e uma contínua melhoria no bem estar social. Para tanto, são previstos princípios que envolvem o compromisso dos bancos com:

- o fomento ao desenvolvimento sustentável;
- a avaliação socioambiental dos empreendimentos a serem financiados;
- a ecoeficiência das práticas administrativas;
- a evolução das políticas e práticas voltadas à sustentabilidade; e
- a previsão de mecanismos de monitoramento e governança dos compromissos assumidos pelos signatários.

Em 1997, o Banco Total passou a publicar o Balanço Social Ibase que demonstra as iniciativas realizadas pela empresa para seus públicos de relacionamento, tornando pública a responsabilidade social empresarial.

Em fevereiro de 2003, a responsabilidade socioambiental passou a ser definitivamente pauta das decisões estratégicas e operacionais, e foi elaborado um plano de ação em responsabilidade socioambiental do Banco Total, com o objetivo de garantir o comprometimento e empenho de todo o Conglomerado na sua implementação.

Duas das primeiras iniciativas fundamentais para embasar e direcionar as ações e os movimentos voltados à incorporação da cultura de responsabilidade socioambiental foi a definição do conceito e da carta de princípios de responsabilidade socioambiental.

Houve a criação de comitês e comissões estratégicas de forma a prever a participação de representante da Diretoria de Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental permitindo a constantemente disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental junto aos executivos da organização.

A perspectiva “sociedade” foi incorporada nos painéis de avaliação da performance estratégica e operacional com vistas a abrigar indicadores relacionados à contribuição da empresa ao desenvolvimento sustentável nacional, por meio de investimento social privado, de negócios voltados para o fomento do desenvolvimento regional sustentável e de práticas administrativas com visão de RSA.

A incorporação gradual de indicadores relacionados à sustentabilidade nos negócios, nas demais perspectivas do Painel Estratégico e do Acordo de Trabalho é um desafio constante.

Ainda em 2003, o Banco instituiu um Grupo Técnico visando desenvolver soluções e estratégias para o incentivo do desenvolvimento regional sustentável de regiões e municípios que resultou na elaboração da metodologia para a implementação de estratégia de estruturação de cadeias produtivas, vislumbrando aspectos sociais, econômicos e ambientais, ponderadas as peculiaridades locais e a diversidade cultural, denominada de Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco Total, conhecida como DRS.

Em novembro de 2003, o Conselho de Administração do Banco Total autorizou a adesão do Banco ao Pacto Global, por reconhecer a sua importância ética, uma vez que este tem como objetivo mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Desde o ano de 2004, o Banco Total mantém o selo “Empresa Amiga da Criança” da Fundação Abrinq - instituição consagrada internacionalmente pelo combate ao trabalho infantil e ações de apoio às crianças brasileiras, e veda financiamentos a clientes envolvidos com exploração sexual de crianças e com o uso do trabalho infantil e a clientes que submetem seus trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantêm em condições análogas ao trabalho escravo, sendo que, em maio de 2005, juntamente com outras cinquenta e quatro empresas, aderiu ao Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo proposto pelo Instituto Ethos.

O Banco Total e a Fundação Banco Total, em parceria com o Governo Federal, desenvolvem uma série de iniciativas voltadas para a concretização dos oito Objetivos do Milênio (ODM), compromisso assumido pelos países membros das Nações Unidas no ano 2000. Como forma complementar de apoio, o Banco Total apóia e patrocina o Prêmio ODM desde sua primeira edição, em 2005, em parceria com a Petrobrás e a Caixa Econômica Federal. O Prêmio tem como objetivo selecionar projetos que proporcionam o alcance dos objetivos das Metas do Milênio. Os oito objetivos do milênio são:

1. Acabar com a fome e a miséria
2. Educação básica de qualidade para todos
3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde das gestantes
6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças
7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente
8. Todo mundo trabalhando para o desenvolvimento

Em junho de 2004, o Banco Total assume publicamente junto ao Ministério do Meio Ambiente o compromisso com ações voltadas ao desenvolvimento sustentável de seus negócios, por meio da Agenda 21 que foi lançada oficialmente em 2005. A Agenda 21 Empresarial é um compromisso do Banco Total com o desenvolvimento sustentável do País, materializado em um conjunto de ações que visam à responsabilidade socioambiental e está estruturada em três dimensões, como mostra o quadro 1:

DIMENSÕES	AÇÕES
Negócios com Foco no Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> ■ Implementar ações de apoio ao desenvolvimento sustentável de comunidades; ■ Financiar atividades de geração de trabalho e renda e de inclusão social; ■ Financiar atividades e tecnologias ambientalmente adequadas.
Práticas Administrativas e Negociais com RSA	<ul style="list-style-type: none"> ■ Manter processos negociais e administrativos coerentes com os princípios de RSA; ■ Fortalecer a interação com os públicos de relacionamento; ■ Disseminar os princípios e fortalecer a cultura de RSA na comunidade; ■ Influenciar a incorporação dos princípios de RSA no País.
Investimento Social Privado	<ul style="list-style-type: none"> ■ Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população Brasileira; ■ Apoiar programas relacionados à consciência e conservação ambiental; ■ Apoiar programas relacionados à defesa e à promoção dos direitos humanos; ■ Captar recursos para apoiar ações vinculadas ao desenvolvimento social; ■ Incentivar a atuação dos funcionários em trabalhos voluntários e ações sociais

Quadro 1 - Agenda 21 – Objetivos dos Três Eixos

Fonte: agenda 21 Banco Total

Em fevereiro de 2005, o Banco Total, devido a preocupação com o impacto socioambiental de grandes projetos financiados, passou a integrar o grupo de instituições financeiras brasileiras que aderiu aos Princípios do Equador que é um conjunto de políticas e diretrizes a serem observadas na análise de projetos de investimento da modalidade *project finance*, de valor igual ou superior a US\$ 10 milhões. Tendo por base critérios estabelecidos pelo International Finance Corporation, braço do Banco Mundial, as salvaguardas versam sobre:

- avaliações ambientais;
- proteção a habitats naturais;
- gerenciamento de pragas;
- segurança de barragens;
- populações indígenas;
- reassentamento involuntário de populações;
- propriedade cultural;
- trabalho infantil, forçado ou escravo;
- projetos em águas internacionais e saúde e segurança no trabalho.

Em 2009, o Banco Total ampliou a utilização dos critérios de responsabilidade socioambiental estabelecidos no âmbito dos Princípios do Equador para todos os projetos dessa modalidade, independente do valor.

Percebe-se que a evolução da responsabilidade socioambiental no Banco Total S.A. recebe influências de variados atores e cenários, envolvendo organizações, privadas e públicas, e governos e sociedade de forma geral. A empresa, consciente da importância do desenvolvimento sustentável, exerce seu poder e influência nos seus empreendimentos e influencia nos valores de seus públicos de relacionamento, em prol da cidadania, do Progresso do País e na promoção do movimento de responsabilidade socioambiental no País e no mundo, implementando ações de apoio ao desenvolvimento sustentável.

Desta forma, pode-se inferir que as estratégias utilizadas pelo Banco Total acompanham as exigências sociais e de mercado, onde a evolução da responsabilidade socioambiental é percebida, desde as ações de filantropia, que beneficiam a comunidade em suas diversas formas, aos investimentos sociais privados, com ações planejadas e articuladas de forma sistemática e conduzidas por sua Fundação até às ações que tratam dos serviços da empresa, com foco na sua cadeia de negócios e que englobam preocupações com as diversas áreas de relacionamento.

3.2 FORMA E CARACTERÍSTICAS DAS AÇÕES DE RSA NO BANCO TOTAL

A seguir são apresentadas as principais ações de Responsabilidade Socioambiental praticadas pelo Banco Total, visando contemplar o segundo objetivo específico do presente estudo.

3.2.1 Negócios com Foco no DRS

A Estratégia Negocial do Desenvolvimento Regional Sustentável, já mencionada anteriormente, considera a viabilidade das atividades produtivas em suas dimensões econômica, social e ambiental, respeitada a diversidade cultural. Neste contexto, o Banco Total disponibiliza uma série de linhas de financiamento e de fundos de investimento que apóiam diretamente o desenvolvimento sustentável do país, especificados no Quadro 2:

LINHAS DE FINANCIAMENTOS E DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	DEFINIÇÃO
Biodiesel	O Programa de Apoio à Produção e Uso de Biodiesel visa apoiar a produção, a comercialização e o uso do biodiesel como fonte de energia renovável e atividade geradora de emprego e renda.
Produção Orgânica	Desde 1999, através do Programa para o Financiamento da Produção Orgânica os produtores rurais tem acesso diferenciado ao financiamento de custeio, de investimento e de comercialização da produção orgânica.
Florestal	O Programa de Investimento, Custeio e Comercialização Florestal prevê apoio aos produtores que investirão na implantação, manejo e comercialização florestal.
Fundos Éticos	Em 2005, criou o primeiro fundo ético do Banco - Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial e lançou o primeiro fundo do Brasil a ser referenciado no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo - ISE25 e também o fundo Referenciado DI Social 200.
Mercado de Créditos de Carbono (Protocolo de Kyoto)	Desenvolvimento de políticas, diretrizes e soluções específicas para o mercado de créditos de carbono, agrupadas de acordo com o tempo previsto para implementação: - no curto prazo: ações que não requerem a criação de novos produtos e serviços e não envolvem mudanças de estrutura do mercado; - no médio e longo prazo: com a avaliação da necessidade de ações que requerem o desenvolvimento de produtos e serviços específicos.
Incentivo à Eficiência Energética	Estimular a realização de negócios com empresas que forneçam, desenvolvam ou necessitem de produtos e serviços voltados para a racionalização e a otimização do uso de energia.
Comércio Justo	Firmou parceria com a empresa Ética – Comércio Solidário, vinculada à ONG Visão Mundial, em 2007, abrindo a oportunidade de utilização do Balcão de Comércio Exterior por importadores europeus, além de ampliar os

	negócios realizados por cooperativas e associações vinculadas ao DRS e às ações de geração de renda da Fundação Banco do Total.
Democratização do Acesso ao Crédito	Para incentivar a inclusão bancária da população brasileira informal e de menor renda, investiu na criação da diretoria Menor Renda - que incorporou as atividades do Banco Popular do Brasil, da Gerência de DRS e dos Correspondentes Bancários, criou a subsidiária integral – a Banco Total Administradora de Consórcios.

Quadro 2 - Linhas de Financiamento e de Fundos de Investimento

Fonte: Universidade Corporativa Banco Total

Através do exposto, fica evidenciada a conscientização da empresa de que o crescimento econômico representa efetivamente desenvolvimento se vier acompanhado de melhorias na qualidade de vida das pessoas, com redução de desigualdades sociais e maior respeito ao meio ambiente. O desenvolvimento sustentável possui caráter estratégico com perspectiva de médio e longo prazo e trabalha com a estruturação de atividades produtivas, com uma visão de cadeia de valor com constantes revisões em seus processos para atingir patamares crescentes de desenvolvimento sustentável.

3.2.2 Práticas Administrativas e Negociais com RSA

Para que uma organização atue de acordo com os princípios de responsabilidade socioambiental por ela adotados, todos os seus processos necessitam ser desenhados e avaliados à luz desses princípios: sejam os diretamente relacionados ao negócio – como os de crédito; sejam os de apoio ao negócio – como o de relações com fornecedores; sejam, até mesmo, os institucionais – como os de comunicação. Tal afirmação está de acordo com o conceito de Responsabilidade Social apresentado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – Ethos (2007):

“Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”.

As ações, nos quadros 3 e 4 a seguir, mostram o caminho percorrido pelo Banco Total para o aprimoramento dos seus processos internos nessa direção.

RELAÇÕES COM PÚBLICO INTERNO	
AÇÕES	DEFINIÇÃO
Equidade de Gênero	Em 2006, passou a desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho.
Atenção a Pessoas com Deficiência	Desde 1999 destina 5% das vagas de cada seleção externa a pessoas com deficiência. No seu processo admissional são registradas as recomendações médicas condizentes com as necessidades específicas apresentadas pelo candidato e são realizadas a análise ergonômica e as adequações necessárias do posto de trabalho visando assegurar a igualdade de condições para a expressão das competências profissionais no ambiente de trabalho.
Inclusão de Companheiros do Mesmo Sexo nos Planos de Saúde e Previdência	A partir de 2005, passou a incluir pessoas homoafetivas, companheiros ou companheiras de mesmo sexo, como beneficiárias-dependentes nos planos de saúde e na Caixa de Previdência dos Funcionários.
Investimento na Formação dos Funcionários	Reconhece a importância da educação do indivíduo para sua inserção na sociedade e busca capacitar seus funcionários além das necessidades do negócio. A oferta de formação é voltada para todos os segmentos do corpo funcional.
Gestão do Desempenho Profissional	Tem foco no desenvolvimento de competências, que representam combinações sinérgicas de conhecimentos, habilidades e atitudes dentro de determinado contexto ou estratégia organizacional.
Programa de Reinserção Funcional	Desde 2007, oferta melhores condições de acolhimento ao funcionário que retorna às atividades após longo período de afastamento, considerando os aspectos do ambiente de trabalho e de seu relacionamento com os demais colegas.
Programa de Assistência a Vítimas de Assalto e Seqüestro (PAVAS)	O programa presta assistências médica, psicológica, jurídica e de segurança às vítimas, com o propósito de reorganizar a rotina do funcionário.
Ouvidoria Interna	Canal de comunicação que acolhe denúncias, reclamações e elogios dos funcionários, e busca a melhoria contínua dos processos, programas e políticas da área de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental.
Qualidade de Vida no Trabalho – QVT	Visa promover qualidade de vida no trabalho dos funcionários e colaboradores (estagiários, adolescentes trabalhadores), com foco no estímulo aos cuidados com a saúde e na adoção de hábitos saudáveis.
Relações com colaboradores	Oferecer melhores condições de trabalho também para os colaboradores do Banco - estagiários, adolescentes trabalhadores e contratados.

Quadro 3 – Relações com o Público Interno

Fonte: Agenda 21 Banco Total

Diante do exposto, verifica-se que há um esforço por parte da empresa em estabelecer relações eticamente responsáveis com seu público interno, com referencial de valores para a sociedade de maior respeito à vida humana e ao meio ambiente, condição indispensável à sustentabilidade da própria humanidade.

RELAÇÕES COM PÚBLICO EXTERNO	
AÇÕES	DEFINIÇÃO
Ouvidoria Externa	É destinada aos clientes e cidadãos. Tem como princípio ouvir, acionistas, sociedade, colaboradores, parceiros, funcionários e clientes.
Crédito Responsável	Reformula permanentemente sua postura frente ao crédito responsável, alinhado às políticas do Ministério do Trabalho, aos Princípios do Equador e às leis da responsabilidade socioambiental.
Relações com Fornecedores	Estabelece uma política de relacionamento clara e transparente considerando o atendimento aos requisitos de RSA, além dos critérios relacionados à economicidade, ao atendimento à legislação, às especificações de qualidade dos produtos e serviços, e a confiabilidade nos prazos de suprimentos.
Relações com Concorrentes	A prática da ética e da civilidade, mediante intercâmbio de informações e experiências realizadas de maneira lícita e transparente. Como exemplos, participa ativamente: <ul style="list-style-type: none"> - de comissões na Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN; - ao lado dos principais bancos e empresas brasileiras, - de Câmaras Técnicas do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).
Acionistas	Adota padrões de governança que são referências para o mercado, com práticas que garantam o equilíbrio de direitos entre os acionistas, a transparência e a prestação de contas do negócio. Com informações corporativas confiáveis e tempestivas, a empresa busca a melhoria da percepção de sua imagem no mercado de capitais, valorizando suas ações.
Combate à Lavagem de Dinheiro	Investe permanentemente em iniciativas para evitar que produtos e serviços sejam alvo desse crime e promove ações abrangentes para consolidar a cultura interna de prevenção nas suas dependências e nos países onde atua.
Ecoeficiência	Revisa os processos em andamento para reduzir o consumo e o desperdício de insumos e destinar adequadamente os resíduos gerados, inclusive os passíveis de reciclagem. O programa integra e aprimora as diversas ações de redução de consumo, reutilização e reciclagem já realizados nas dependências da empresa, tais como: <ul style="list-style-type: none"> - o Programa de Racionalização do Consumo de Energia Elétrica (PROCEN); - o Programa de Redução do Consumo de Água (PURÁGUA); - o Programa de Recondicionamento de Cartuchos e Toner; - o Programa Nacional de Racionalização de Impressão (PRONARI).

Quadro 4 – Relações com o Público Externo

Fonte: Agenda 21 Banco Total

Percebe-se que há coerência entre o discurso de responsabilidade socioambiental adotado e os processos de negócio e de apoio a estes, que demonstram uma visão de sustentabilidade, onde se busca a eficácia de natureza econômica e também a geração de valores sociais e ambientais na sua atuação.

3.2.3 Investimento Social Privado

O Banco Total apóia o desenvolvimento do país por meio das ações de cunho social, que reforçam o caráter de empresa cidadã, através de:

Cidadania empresarial - Em 1985, o Banco criou a Fundação Banco Total, para intensificar e reforçar seu apoio às iniciativas voltadas para a inclusão social e a promoção da cidadania. Entre as ações em curso do Banco Total e da Fundação destacam-se a alfabetização de jovens e adultos; inclusão digital; disseminação de tecnologias sociais; fortalecimento da agricultura familiar; melhoria das condições de vida em comunidades quilombolas e indígenas; ampliação do acesso à leitura e à cultura; e estímulo e apoio ao voluntariado, este último explícito a seguir.

Programa Voluntariado - voluntários que estão se capacitando em diversas áreas de conhecimento para atuação nas comunidades e em organizações não-governamentais (ONG). Com o propósito de favorecer a execução das ações voluntárias e possibilitar à empresa o gerenciamento desse público, foi lançado na intranet corporativa o site Voluntariado, que disponibiliza informativos, bancos de projetos e de oportunidades, dados de voluntários e de comitês de cidadania.

Dentro deste Programa destaca-se também o Projeto Voluntários Banco Total, realizado por meio da parceria entre o Banco e a Fundação Banco Total, tem o propósito de reconhecer as iniciativas que envolvam o trabalho voluntário de funcionários em atividades voltadas para a geração de trabalho e renda nas comunidades assistidas, como exposto no quadro 5.

ATIVIDADES NAS COMUNIDADES ASSISTIDAS	
ATIVIDADES	DEFINIÇÃO
Fundo da Infância e Adolescência	Desde 2003, são destinados, anualmente, ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA), um por cento do seu Imposto de Renda devido.
Centros Culturais e Circuito Cultural	Apoio financeiro às variadas formas artísticas nos três centros culturais: Centro Cultural Banco Total de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo. O Circuito Cultural é um projeto itinerante que percorre cidades brasileiras, levando variadas manifestações de arte e cultura.
Incentivo ao Esporte	Mantém apoio às seleções brasileiras de vôlei feminino e masculino, organiza o Circuito de Vôlei de Praia e desenvolve o Projeto Tênis Brasil.
Neutralização da Emissão de Gases Efeito Estufa	Em 2007, iniciou o patrocínio do plantio de mudas de árvores para neutralizar o CO2 emitido durante as partidas do Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia - versão carbon free do Circuito Banco Total Vôlei de Praia. O selo "Carbon Free" é conferido pela Green Initiative.
Apoio a Eventos Relacionados ao Tema RSA	O apoio da organização a eventos que efetivamente contribuam para o fortalecimento do movimento nacional de RSA. São patrocinados: - desde 2003, o prêmio Ethos Valor; - desde 2004, a Conferência Nacional do Ethos; - desde 2006, o "Seminário Nacional Nós Podemos", em parceria com a Caixa Econômica Federal.

Quadro 5 – Atividades Nas Comunidades Assistidas

Fonte: Agenda 21 Banco Total

Também é pertinente mencionar que o Banco Total, além da Agenda 21, é signatário de uma série de pactos e compromissos que ratificam, junto à comunidade, a sua postura de empresa responsável. Neste sentido, o quadro 6 mostra os compromissos assumidos que merecem destaque:

RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES	
COMPROMISSOS	DEFINIÇÃO
Protocolo Verde	Propõem-se a empreender políticas e práticas em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa a qualidade de vida das gerações futuras.
Princípios do Equador	Conjunto de políticas e diretrizes na análise de investimento da modalidade project finance, independente do valor para a os critérios de responsabilidade socioambiental estabelecidos no âmbito dos Princípios do Equador.
Programa Brasileiro GHG Protocol	Criado em 2008, sendo o Banco Total um dos membros fundadores, incrementa a capacidade técnica e institucional de empresas no gerenciamento de suas emissões de gases de efeito estufa. Em 2009, publicou o seu primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa.
Carbon Disclosure Project – CDP	Em 2005, o Banco Total manifestou formalmente apoio ao pedido de abertura de informações sobre a emissão de gases de efeito estufa – Carbon Disclosure Project – CDP. Em 2008, foi uma das 33 empresas que, pioneiramente, responderam ao questionário brasileiro.
Fórum Amazônia Sustentável	Em 2008, aderiu ao Fórum Amazônia Sustentável, onde um grupo composto por diversas entidades governamentais, empresariais e não governamentais discutem os caminhos para o desenvolvimento sustentável no bioma Amazônia.
Caring for Climate	Em 2009, adotou a Plataforma adicional de compromissos do Pacto Global para o Desenvolvimento Sustentável para auxiliar os participantes a avançar em soluções relacionadas às mudanças climáticas.
Empresas pelo Clima (EPC)	Desde 2009, quando foi criada, participa da Plataforma EPC de debates, coordenada pela Fundação Getúlio Vargas, que tem como proposta a construção de um novo modelo econômico para o país, baseado na busca do equilíbrio e em um processo de adaptação da economia brasileira às mudanças climáticas.

Quadro 6 – Relações com as Comunidades

Fonte: Agenda 21 Banco Total

Além dos Programas mencionados no Quadro 6, há o Programa Água Brasil, lançado em março de 2010, por meio da assinatura de protocolo de intenções integrando e propondo ações em conjunto com a Fundação Banco Total, a WWF Brasil e a ANA - Agência Nacional de Águas, com os seguintes objetivos:

- Promover a conscientização e a mudança de atitude dos públicos internos da sociedade com relação à boa gestão e conservação ambiental, engajando-os na busca de soluções conjuntas para a questão;

- Adotar práticas sustentáveis na agropecuária, reduzindo seu impacto sobre os recursos naturais e a biodiversidade, melhorando a qualidade das águas e ampliando a cobertura da vegetação natural, por intermédio da implementação de projetos de campo representativos em micro bacias hidrográficas piloto, localizadas nos biomas Cerrado/Pantanal, Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga e Pampa;
- Promover mudanças de comportamento e valores estimulando o consumo consciente e o tratamento adequado dos resíduos sólidos urbanos;
- Disseminar e reaplicar modelos e melhores práticas de gestão e conservação de recursos hídricos no país;
- Revisar e atualizar critérios socioambientais utilizados nos processos de financiamento e investimento pelo Banco Total;
- Revisar e aperfeiçoar modelos de negócios voltados ao desenvolvimento regional sustentável e o fortalecer e ampliar o portfólio de produtos e serviços financeiros que ofereçam incentivos e atrativos com características socioambientais, pelo Banco Total;
- Ampliar a base de apoio social à gestão e conservação ambiental, ao consumo consciente, a reciclagem de resíduos sólidos pelas instituições envolvidas por meio de campanhas de comunicação específicas para esse fim.

As diversas ações citadas reforçam que o relacionamento do Banco Total com a comunidade é pautado na universalização dos direitos sociais e da cidadania, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, e no fortalecimento de sua atuação como empresa socialmente responsável, que está de acordo com o apresentado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – Ethos (2007).

“A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece os direitos de todas as pessoas, independente de sexo, raça, idade, nacionalidade, religião ou nível econômico. Muitos destes direitos se relacionam à ação por parte de governos, mas muitos deles podem ser relevantes para a área empresarial. Como por exemplo os relativos a: trabalho infantil, trabalho forçado, liberdade de associação, preconceitos discriminatórios, saúde e segurança”.

A sua postura, através dos incentivos às ações de Cidadania Empresarial em benefício da melhoria da qualidade de vida da população brasileira demonstra que seus principais norteadores são as políticas públicas definidas pelo Governo Federal e os desafios impostos pelas metas do milênio, estabelecidas pelas Nações Unidas com o objetivo de eliminar a fome e a pobreza extrema no mundo, bem como promover a sustentabilidade do planeta.

3.3 CONTRIBUIÇÕES DAS AÇÕES DE RSA E SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste item são verificadas a importância e as contribuições das ações de responsabilidade socioambiental para o desenvolvimento sustentável e para os negócios do Banco Total.

3.3.1 A Importância e as Contribuições das Ações de RSA para o Banco Total

Como agente financeiro do Governo, o Banco Total tem apoiado e desenvolvido programas na busca de caminhos para a construção de um País socialmente mais justo, incentivando e promovendo a divulgação de conhecimentos, metodologias, tecnologias sociais e práticas de promoção de cidadania. Como exemplos, merecem destaque alguns acontecimentos que marcaram a história da Instituição nas últimas décadas, elencados no quadro 7:

ACONTECIMENTOS MARCANTES	
PERÍODO	DEFINIÇÃO
Década de 80	- Desenvolvimento de programas específicos como: <ul style="list-style-type: none"> • Fundo de Desenvolvimento Comunitário – FUNDEC; • Fundo de Incentivo à Pesquisa – FIPEC; • Programa de Apoio à Micro e Pequenas Empresas – MIPEM; - Criação da Fundação Banco Total; - Inauguração do 1º Centro Cultural Banco Total, no Rio de Janeiro.
Década de 90	- criação do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pelo Governo Federal, do qual o Banco Total passa a ser o principal agente financeiro; - criação de produtos específicos voltados para o desenvolvimento do meio rural, como o BB RURAL RÁPIDO, o PRONAF AGREGAR que alterou totalmente o crédito rural; passando a permitir a “exploração” de todo o potencial da propriedade rural familiar e a agregação de valor aos produtos e serviços e o BB AGRICULTURA ORGÂNICA; - desenvolvimento de novos mecanismos de comercialização de produtos agropecuários, como o Leilão Eletrônico, o Balcão de Agronegócios (informatizado) e a CPR - Cédula de Produto Rural (BB já atuando com a visão de cadeia produtiva).
Início do século XXI	- Revisão da estrutura organizacional com a criação dos pilares negociais. - Criação, em 2003, dentro de um contexto de uma política pública de bancarização e de democratização do acesso ao crédito, do Banco Popular do Brasil e da Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Quadro 7 – Acontecimentos Marcantes

Fonte: Universidade Corporativa Banco Total

3.3.2 Estratégia Negocial Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS

Desenvolvimento Regional Sustentável é uma forma diferente de fazer negócios. Dentre as iniciativas do Banco que apóiam o desenvolvimento sustentável do Brasil, destaca-se a Estratégia Negocial DRS, que impulsiona o desenvolvimento sustentável das regiões, apoiando atividades produtivas com ganhos para todos. Com isso ganham as pessoas que moram e trabalham nas comunidades, ganham as demais empresas parceiras e ganha também o Banco Total.

A Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável surgiu a partir da necessidade de se trabalhar uma série de questões que estavam na pauta das discussões nacionais e mundiais, como o crescente passivo ambiental em nível mundial e as desigualdades sociais. Segundo Capra, (2003) a consciência dos problemas criados pelo processo econômico e que estes estão em contínua mudança e evolução dependendo dos igualmente mutáveis sistemas ecológicos e sociais em que estão implantados gerou a necessidade de reavaliar e repensar as suas contribuições, a partir de um entendimento da necessidade de uma estrutura conceitual que seja também capaz de mudar e de se adaptar continuamente a novas situações sobre as causas ambientais e de degradação da natureza.

Todo o processo metodológico de implementação da Estratégia Negocial DRS, na estruturação das atividades produtivas, baseia-se em cinco visões, definidas no quadro 8:

ESTRATÉGIA NEGOCIAL DE DRS	
VISÕES	DEFINIÇÃO
Visão Negocial	Materializar compromissos assumidos em sua Estratégia Corporativa e estabelecer um novo patamar de relacionamento com a sociedade, disponibilizando sua competência organizacional, desenvolvendo, mobilizando e integrando recursos humanos, físicos e financeiros, de forma a colaborar para o desenvolvimento do país, auxiliando na dinamização da economia das regiões onde atua e na estruturação e abertura de novos mercados.
Visão de Futuro	Significa estimular todos os envolvidos no processo, especialmente os beneficiários e parceiros da atividade, a definirem onde querem chegar (que situação projetam para a atividade produtiva), procurando, nessa construção, ter presente o ambiente em que vivem (relações sociais e ambiente natural).
Visão de Abrangência	A jurisdição da agência é o menor território a ser considerado para abrangência dos Planos de Negócios DRS. Quando a atividade transcende as fronteiras da jurisdição, o trabalho de implementação do DRS poderá ser realizado de forma integrada, envolvendo várias agências circunvizinhas, no apoio a uma determinada cadeia produtiva e a Superintendência e a Gerência Regional de Varejo assumem o papel de coordenação para integrar estes processos e definir a forma de atuação e o papel de cada agência no desenvolvimento das atividades identificadas.
	Os processo de organização dos agentes do processo produtivo evoluem e, em função da forma como se organizam esses agentes, surgem os:

Visão de Cadeia de Valor	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aglomerados – são agrupamentos de agentes econômicos, políticos e sociais, que atuam em diferentes fases do processo produtivo de uma atividade produtiva, numa comunidade, com vínculos frágeis de interação, cooperação, aprendizagem e pouca sinergia. ■ Arranjos Produtivos Locais – são agrupamentos de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que atuam em diferentes fases do processo produtivo, operando em atividades produtivas correlacionadas, e que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem. ■ Cadeias ou Sistemas Produtivos – são conjuntos de todas as etapas do processo produtivo de um determinado produto ou serviço, realizadas por agentes de aglomerados econômicos e/ou arranjos produtivos locais, formando redes complexas com altos índices de articulação, cooperação e aprendizagem, sem limitação territorial.
Visão Participativa	Um dos desafios deste processo está em buscar a convergência de interesses reais, aparentemente antagônicos, de forma a harmonizá-los. O papel do Banco Total na Estratégia DRS não se limita como agente de crédito, mas, também, como catalisador de ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos, sociais e ambientais para a construção conjunta e participativa de um Plano de Desenvolvimento Sustentável, onde todos se beneficiem.

Quadro 8 – Estratégia Negocial de DRS

Fonte: Universidade Corporativa Banco Total

As ações de DRS do Banco Total objetivam superar as carências sociais, econômicas e ambientais identificadas e os recursos utilizados devem ser do próprio lugar. Conforme Universidade Corporativa do Banco Total, (2009) é necessário a identificação das fragilidades do tecido produtivo bem como as formas de fortalecê-los. Devem ser avaliados os níveis de mobilização e de articulação das pessoas e instituições e devem ser contemplados também os níveis de formação dos capitais humanos e sociais, aproveitando as potencialidades identificadas e vislumbrando as possibilidades de enriquecê-los.

Desta forma, a Estratégia DRS possui um importante desafio: o de estruturar cadeias produtivas de forma a torná-las economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre respeitando e valorizando a cultura local.

A atuação do Banco Total, com a Estratégia Negocial de DRS, se dá por meio do apoio a atividades produtivas, com a visão de cadeia de valor, identificadas como vocações ou potencialidades nas diferentes regiões onde está presente. O DRS apóia o desenvolvimento de atividades nas áreas rurais e urbanas (agronegócios, comércio, serviço e indústria). A metodologia de atuação prevê a sensibilização, mobilização e capacitação de funcionários do Banco Total e de parceiros, e ainda a elaboração de um amplo diagnóstico, sendo abordada a cadeia de valor das atividades produtivas e identificados pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. Com base no diagnóstico, é elaborado o Plano de Negócios DRS, no qual são definidos os objetivos, as metas e as ações para implementação desse Plano. A metodologia

prevê, ainda, o monitoramento das ações definidas nos Planos de Negócios DRS e a avaliação de todo o processo.

Segundo Tenório, (2004) o desenvolvimento sustentável é composto pelas dimensões econômica, ambiental e empresarial e o Banco Total é um agente, um elo importante neste processo de desenvolvimento, sua contribuição transcende o aspecto econômico, pois atua como catalisador de ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos e sociais, identificando vocações, potencialidades das regiões, otimizando a expansão de sua rede de agências e incentivando o espírito de liderança e capacidade de mobilização de seus funcionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Banco Total é uma instituição de destaque e suas deliberações repercutem, direta ou indiretamente, nos destinos de pessoas, de empresas, de entidades públicas e de toda a comunidade. Através do histórico evolutivo das práticas de responsabilidade socioambiental, percebe-se que as mesmas são tidas como um valor organizacional, e que o comportamento ético é entendido como compromisso, e o comportamento respeitoso, como atitude com os diversos públicos que a instituição mantém vínculos. Os valores identificados como ética e transparência difundem uma imagem de confiança e credibilidade no setor financeiro.

A preocupação e o envolvimento da empresa com um público maior (acionistas, funcionários, fornecedores, consumidores, comunidade, meio-ambiente) demonstram a forma de como são conduzidos seus negócios - com foco na cadeia de negócios, que constitui uma tendência mundial.

Constata-se que as ações de responsabilidade socioambiental estabelecem uma relação sustentável nas áreas econômica, ambiental e social com os públicos pelos quais se relaciona - investidores, clientes, sociedade civil, funcionários - pois os mesmos são impactados por esse processo. O comprometimento com o movimento de Responsabilidade Social Corporativa demonstra que o Banco busca continuamente alcançar o sucesso comercial mediante ações que respeitem o meio social e o meio ambiente ao qual ele está inserido.

O Banco Total, que foi o primeiro do país a aderir a Agenda 21 e também é cofundador da iniciativa GHG-Protocol, tem buscado ferramentas que permitam acompanhar e antecipar as definições de ações mitigadoras e através do programa DRS estimula o associativismo e fortalece cadeias produtivas de todo o país, como sistemas agroflorestais, turismo, artesanato, cerâmica marajoara, aquicultura, fruticultura, calçados, atividades extrativistas, reciclagem de resíduos sólidos, entre outras. Desta forma, as pessoas de uma determinada comunidade são beneficiadas e passam a ser protagonistas, gerenciando os projetos e gerando a sua própria renda.

Percebe-se que a Responsabilidade socioambiental permeia os negócios e práticas administrativas e que sua evolução é constante, sempre buscando identificar oportunidades e riscos para a empresa. Há um alinhamento e interação do Banco com a Fundação Banco Total nas ações de desenvolvimento socioambiental das comunidades em que atuam bem como o apoio e patrocínio em indicadores de sustentabilidade, pesquisas e consultas sobre o tema na adesão de acordos e protocolos. Esta postura demonstra que é viável conciliar os interesses

dos seus acionistas com o desenvolvimento socioambiental mantendo relações eticamente responsáveis com todos, internamente e externamente.

Como principal limitação tem-se que o presente trabalho tinha inicialmente o propósito de utilizar dados primários por meio da aplicação de questionário junto a cinco gestores diretamente ligados às áreas de Responsabilidade Social e Ambiental do Banco Total. No entanto, os questionários foram enviados e não obteve-se retorno dos mesmos. As tentativas foram frustradas em função da greve instalada no setor financeiro, ficando a sensação de impotência e ao mesmo tempo de decepção ao descaso dado a um estudo em andamento. Assim, como sugestão para futuras pesquisas que sigam esta linha, sugere-se a coleta de dados primários a fim de confirmar os resultados já obtidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 **Empresarial**, disponível em: <<http://www.agenda21empresarial.com.br>>, acesso em 19 abr 2011.

BANCO TOTAL S.A. **Agenda 21**. Brasília. 2011, **Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>>. Acesso em 19 abr 2011

BORGER, F. G. **Responsabilidade social**: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

CAMARGO, A.L. de B. **Desenvolvimento Sustentável – Dimensões e Desafios**. São Paulo: Editora Papirus, 2005

CAMPOMAR, Marcos Cortez. **Do uso de estudo de caso em pesquisas para dissertações e teses em administração**. Revista de Administração. FEA/USP, v. 26, n. 3, p. 95-97, Julho/Setembro 1991.

CAPRA, F. Educação. In:TRIGUEIRO, A. (org.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2005, p. 19-33.

CARBON DISCLOSURE PROJECT, disponível em: <<http://www.cdproject.net>>, Acesso em 16 set 2011.

CASTRO, M. C. **Desenvolvimento sustentável: a genealogia de um novo paradigma**. Economia e Empresa, v. 3, p. 22-32, 1996.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Cortez, 1995.

COMPÊNCIO PARA A SUSTENTABILIDADE – **Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental**, Princípios e Diretrizes Setoriais, disponível em <<http://www.compendiosustentabilidade.com.br>>, acesso em 20 abril 2011.

COPEL. Disponível em <http://www.copel.com.br/site/ambiente/meio/index.htm> >, acesso em 21 de abr de 2011.

CORAZZA, R. I. **Gestão ambiental e mudanças da estrutura organizacional**. RAEletrônica, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2003.

DERANI, C. **Direito ambiental econômico**. São Paulo: Max Limonad, 2001.

DHNET – **Rede Direitos Humanos e Cultura**. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br> > Acesso em 07 out 2011.

DIAS, R. **Gestão Ambiental–Responsabilidade Social**. São Paulo : Editora Atlas, 2008.

GVCES – **Centro de Estudos em Sustentabilidade** da EAESP, Disponível em: <<http://www.gvces.com.br>> Acesso em 03 out 2011.

INSTITUTO ANTA KARANA, **Compêndio para a Sustentabilidade**, disponível em: < <http://www.institutoatkwjh.org.br>> Acesso em 28 set 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - **IBASE**, Disponível em,< <http://www.ibase.org.br> > Acesso em 03 mar 2011.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - **ETHOS** Disponível em < <http://www.ethos.org.br> > Acesso em 03 mar 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – **IPEA**. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br> > Acesso em 06 fev 2011.

KRANZ, P. **Pequeno Guia – Agenda 21 Local**, Rio de Janeiro: Hipocampo Editorial, 1995. disponível em: <<http://www.agenda21local.com.br>>, acesso em 19 abril 2011.

LAGO, A.; PÁDUA, J. A. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA, disponível em: <<http://www.mma.gov.br/agenda21>>, acesso em 02 abril 2011.

NOVAES, W. Agenda 21. In: TRIGUEIRO, A. (org.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2005, p. 323-331.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988

PACTO GLOBAL, Rede Brasileira, disponível em: < <http://www.pactoglobal.org.br>> acesso em 05 maio 2011.

TENORIO, F. G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável – Abrindo Espaço na Mídia para um Planeta em Transformação**. São Paulo: Globo, 2005.

UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO TOTAL. **Responsabilidade Socioambiental (RSA) e Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)**. Brasília: 2008.